

# AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO DA COSTA OESTE PARANAENSE

*Family Agriculture and its interaction with the territory of the Costa Oeste Paranaense*

## **Valdir Serafim Jr.**

Contador. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGDRS/UNIOESTE). Docente do curso de Ciências Contábeis da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu (PR). Rua Pernambuco, 1777, Bloco III, 4º Piso, Sala 42, C.P. 91. CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon (PR). jr\_valdir@hotmail.com

## **Adriana Maria de Grandi**

Engenheira Agrícola. Doutora Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa, docente do PPGDRS/Unioeste. adrianadegrandi@gmail.com

## **Fabiola Graciele Besen**

Contadora. Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pelo PPGDRS/UNIOESTE. fabiolagracielebesen@gmail.com

## **Juarez Bortolanza**

Administrador de Empresas. Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente do Curso de Administração da Unioeste. juarezbortolanza@gmail.com

## **Sandra Maria Coltre**

Administradora de Empresas. Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente do PPGDRS/UNIOESTE. sandracutu1@gmail.com

---

**Resumo:** O estudo tem como objetivo identificar as características de unidades familiares de produção localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A amostra é composta por 200 unidades familiares, em oito municípios que fazem parte da BP3 – Bacia do Paraná 3, localizada no extremo Oeste do Paraná, atendidos pela Biolabore – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, através de ATER, no período de 04/2015 a 04/2018, vinculado ao Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. O estudo é descritivo, com abordagem quantitativa. Os resultados indicaram a necessidade de reflexão sobre perspectivas de sucessores. As unidades apresentam, em relação à mão de obra, características próprias da agricultura familiar: a maioria trabalha sem contratação externa, operacionalizando as atividades agrícolas somente com os entes familiares. A maioria possui renda extra agrícola e apresenta pluriatividade, demonstrando que o trabalho e a renda não necessariamente se encontram relacionados à atividade, à propriedade e às demais oportunidades geradas no território; também apresentam organização e interação social, predominantemente com entidades religiosas, cooperativas e associações.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; dinâmica territorial; organização social.

**Abstract:** The study aims to identify the characteristics of family production units located in the West Coast of Paraná. The sample consists of 200 family units, in eight municipalities that are part of BP3 - Paraná Basin 3, located in the extreme West of Paraná, served by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, through ATER, in the period of 04/2015 to 04/2018, linked to the Sustainable Rural Development Project - Itaipu Binacional Cultivating Good Water Program. The study is descriptive, with a quantitative approach. The results indicated the need for reflection on the perspectives of successors. The units have, in relation to labor, characteristics typical of family farming: most work without external contracting, operating agricultural activities only with family members. Most have extra agricultural income and are pluriactive, demonstrating that work and income are not necessarily related to the activity, property and other opportunities generated in the territory; they also present organization and social interaction, predominantly with religious entities, cooperatives and associations.

**Keywords:** Family farming; territorial dynamics; social organization.

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos referentes à agricultura familiar e seus atores sociais mostram a importância de sua permanência no meio rural brasileiro, bem como de suas práticas na busca de reprodução e sobrevivência nas regiões. O papel da agricultura familiar transcende aos aspectos econômicos, relacionados à produção de alimentos e à geração de renda, necessitando da análise de seu papel social pela interação desses agricultores com o território. O entendimento da interação dessas unidades familiares e a avaliação das suas dimensões, assim como sua própria evolução, podem ser apreciados pelo levantamento das suas características locais ou/em pequenas regiões onde se encontram tais unidades familiares.

Em 2017, foram classificados, no Brasil, 3.897.408 estabelecimentos como agricultura familiar, por atenderem aos critérios da Lei nº 11.326/2006,<sup>1</sup> o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos, sendo o Paraná responsável por 27,39% do valor desta produção total (IBGE, 2017).

A dinâmica territorial da agricultura familiar tem fundamental importância na manutenção e no aproveitamento dos recursos essenciais para a subsistência humana, pois grande parte destes recursos (terra, água, biodiversidade) está relacionada com o meio rural. Em cada localidade, a interação destes recursos ocorre de maneira específica, de acordo com a rede de atores locais, públicos e privados e das suas diferentes formas de acesso a estes recursos (SILVA, 2015).

Carmo e Salles (1998) afirmam que a agricultura familiar tem a família como elemento básico de gestão financeira e da mão de obra da propriedade. Por essa razão, analisá-la apenas pelo aspecto econômico não é suficiente para entender as relações entre a organização interna da produção, a comercialização em bases familiares e o mundo externo. A agricultura familiar é diferente da agricultura empresarial, cuja produção, voltada exclusivamente para o mercado, é altamente mecanizada e cuja mão de obra é contratada (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A região Costa Oeste do Paraná destaca-se no plano de relações internacionais devido a sua localização: apresenta uma relação socioespacial diferenciada com inúmeras particularidades, tanto pelo fluxo econômico de fronteira quanto pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu, que modificou não somente a sua paisagem, mas também as relações econômicas regionais. Com a construção da Usina de Itaipu e, conseqüentemente, a formação do lago para o reservatório de água, considerável extensão de terra ficou submersa e, por isso, os municípios lindeiros recebem *royalties* para ações em prol do desenvolvimento socioeconômico (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2013).

A partir das considerações relacionadas à interação da agricultura familiar com o seu território, a seguinte questão busca ser compreendida: Quais as interações predominantes entre as unidades de agricultura familiar e o território na Costa Oeste Paranaense?

Ao estudar e identificar as características de unidades familiares de produção localizadas na região da Costa Oeste do Paraná, principalmente em relação aos seus vínculos sociais com o território, pode-se inferir a respeito de possíveis efeitos e resultados influenciados pela dinâmica territorial; pode-se também inferir a respeito da realidade local de seus vários atores.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, sendo que, nesta primeira, constam o objetivo, a justificativa e a estrutura; em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos

---

1 Lei nº 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, criada em 2006, considera agricultor familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

relacionados a agricultura familiar e territórios; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo, e por fim, na última seção, apresentam-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Agricultura familiar e suas relações com os territórios

Entre os diversos estudos que avaliam as transformações sofridas no espaço agrícola através dos anos, principalmente nas relações cidade-campo, o estudo de Schneider (1994) considera que não se define o espaço rural exclusivamente pela atividade agrícola. Isso se deve à significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura – decorrente dos processos de tecnificação do campo – que permanecem no campo; porém ocupadas em atividades não agrícolas. Deste modo, considerável número de pequenos agricultores combina a agricultura com outras fontes de renda, geralmente não relacionadas à produção agropecuária.

Para entender o complexo meio rural brasileiro, com suas inúmeras diversidades, particularidades dos sistemas produtivos existentes e seu vasto território, estudos complexos e dados estatísticos se fazem necessários para o entendimento das mudanças em curso. É consenso que esse meio está em mutação, mas com divergências sobre as mudanças e suas intensidades, o que exige uma análise do rural com um olhar para a sua diversidade, seja qual for sua dimensão, pois novas funções vão se consolidando e se incorporando às estratégias de reprodução deste espaço (ELESBÃO, 2007).

Camargo e Oliveira (2012) relatam, em sua pesquisa, que, em décadas passadas, estudos deixavam claro que a realidade do campo era específica e distinta da cidade, tanto pelo fator econômico, a atividade agrícola, quanto pelas relações de trabalho, suas manifestações sociais, religiosas e culturais. Na atualidade, o espaço rural não é facilmente caracterizável, o que cria desafios a estudiosos e formuladores de políticas públicas. Isso é reflexo dos avanços tecnológicos e da difusão de serviços urbanos para as áreas rurais. A partir disso, podem-se definir as novas ruralidades como sendo todas as dinâmicas que constroem as relações entre campo e cidade, pois, cada vez mais, estes espaços são unidos por movimentos, trocas, circulações e interações.

O fenômeno da nova ruralidade brasileira é bem distinto das dimensões e dos moldes europeus; porém, com percepção de que as transformações incluem novas atividades e outras categorias sociais, além da agricultura e dos agricultores. Em muitas regiões, a agricultura ainda representa a base de desenvolvimento local, com vários tipos de ruralidade, que podem se aproximar ou distanciar de um referencial camponês, capazes de gerar um panorama cultural e ambiental para quem habita o campo e para quem deseja melhor qualidade de vida (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012).

A manutenção e o desenvolvimento deste tipo de agricultura dependem da preservação de elementos constitutivos que garantem acesso à terra aos agricultores familiares, sistema de crédito diferenciado e garantia de venda de produtos por preços compensatórios (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012).

No entorno dos territórios é que podem ser descobertas novas configurações entre o campo e a cidade, proporcionando oportunidades de geração de renda, para que não se encare o meio rural como local de espera para o momento de integração à vida urbana, mas como um ambiente promotor de novas oportunidades locais e regionais (ABRAMOVAY, 1998).

O entorno dos territórios compreende os espaços onde projetos modestos podem elevar o nível de vida de populações em situação precária; já que os mercados agrícolas convencionais apresentam dificuldades de ascensão social. Para Abramovay (1998), as dificuldades devem ser contrabalanceadas pela construção de novas relações entre agricultores e mercado, organização local, aumento de círculo de relacionamento, acesso a crédito e investimentos públicos para

infraestrutura, serviços, educação e formação. Assim, esses fatores têm poder de alterar o ambiente institucional, em que o capital social substitui, em parte, o capital físico, fornecendo aos agricultores capacidade de participação no processo de desenvolvimento.

O trabalho de Elesbão (2007) aborda as diversas mudanças e as transformações que estavam em curso, durante o Século XX, no meio rural brasileiro, identificando a evolução dos usos desse espaço, com o surgimento e a emergência de novas aptidões que levam a um novo olhar sobre o rural e a uma redefinição das suas atribuições e do seu espaço. Devido o surgimento de novas funções e novos tipos de ocupações, surge um espaço com novas atribuições, não somente produtivas, mas também associado a natureza, saúde, descanso e qualidade de vida,

## 2.2 Costa Oeste Paranaense

A interferência humana teve impacto considerável nos espaços da região da Costa Oeste do Paraná, pela exploração de seus recursos naturais e pela construção de uma nova paisagem.

O trabalho de Raffestin (1993) afirma que os espaços e os territórios apresentam princípios distintos, sendo que o espaço antecede o território; afirma também que a ação do homem forma o território a partir do espaço, definindo-o através das relações de poder econômico, político e cultural, sendo elemento essencial para a análise da realidade. Sack (1996) apud Haesbaert (2004) entende que os territórios devem ser diferenciados primeiramente de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.

Em relação às formas de territorialidades, podem ser caracterizadas como passivas e ativas, como aponta Dematteis (2008, p.35). Enquanto a forma passiva está relacionada a submissão e obediência, criando condutas negativas, e é pautada em estratégias de controle, com sistema normativo associado, com objetivo de exclusão de sujeitos e recursos, a forma de territorialidade ativa diz respeito à conquista de autonomia, luta e resistência, originando-se de ações coletivas de sujeitos locais em busca de estratégias de inclusão social.

A história do Oeste Paranaense, contida nos estudos de Priori et al. (2012) ocorreu por meio de quatro etapas: inicia-se com a presença dos indígenas; segue-se com a chegada dos padres jesuítas espanhóis para desenvolver suas missões; continua com a etapa que compreende o período entre 1881 a 1930, com seu marco na exploração de madeira e erva-mate, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, mediante o sistema de Obrages (grandes áreas de terras concedidas pelo governo brasileiro para empresas), e finaliza com a colonização moderna operada por empresas colonizadoras oriundas do sul do país.

A Região da Costa Oeste do Paraná, compreendida pelas microrregiões de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, tem apresentadas no Quadro 1 suas etapas de desenvolvimento, retratadas por estudos de vários autores, frente aos momentos importantes ocorridos desde a década de 1920.

**Quadro 1** –Etapas relacionadas ao processo de desenvolvimento da região Oeste Paranaense, segundo autores

Período	Etapas	Fonte
1920	Migração de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região Oeste Paranaense.	NADALIN, 2001 apud PRIORI, et al., 2012
1930	Migração, impulsionada pelo governo federal, com o movimento chamado “Marcha para Oeste”, com o intuito de ocupar as terras fronteiriças do interior do país.	NADALIN, 2001 apud PRIORI, et al., 2012
1950	Até a década de 1950, a extração da madeira foi a principal atividade econômica da região e foi intensificada, neste período, com o aumento do fluxo migratório. O eixo fluvial do Rio Paraná serviu como meio de transportar a madeira.	COLODEL, 1992, apud PERIS, et al., 2008
1960	Ocorreu um grande processo de urbanização no eixo rodoviário de Cascavel-Foz do Iguaçu e o aparecimento de vários núcleos urbanos, impulsionando o crescimento dos municípios deste eixo.	COLODEL, 1992, apud PERIS, et al., 2008

Período	Etapas	Fonte
1970	De acordo com estudos, com o objetivo de viabilizar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, chegou-se à conclusão de que era o espaço adequado para a construção da usina, fato esse que transformou a história do extremo Oeste Paranaense. Como era um tratado entre dois países, em 1973, foi definida e criada a entidade Itaipu Binacional.	LIMA, 2006
1980	Concomitantemente às obras da Usina de Itaipu, os processos emancipatórios da região Oeste foram completados, e diversos municípios foram emancipados. Para implantar a Usina de Itaipu, foram desapropriadas 62 mil pessoas: 42 mil do lado brasileiro e 20 mil do lado paraguaio. A região era composta pelos melhores solos agricultáveis do planeta e uma densidade populacional significativa para a época. O processo de indenização e desapropriação começou na década de 70 e culminou, em 1983, com o alagamento da região e o início de funcionamento da usina.	PERIS, et al., 2008 MAZAROLLO, 2003
1990	A partir de 1985, começou o pagamento de <i>royalties</i> para os municípios que tiveram áreas inundadas. Os <i>royalties</i> correspondem à compensação financeira, de natureza indenizatória, destinada aos estados e aos municípios, a qual é realizada através de alguns critérios, como: o repasse de recurso por ganho de energia, pela vazão e, principalmente, em virtude da área inundada com o lago, o que significa que, quanto maior a área inundada, maior o valor recebido pelos municípios em royalties.	STERCHILE e SOUZA, 2008

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Devido a sua localização, a região Oeste do Paraná tem destaque no plano de relações internacionais, diante do fluxo econômico de fronteira e pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu. Com a implantação desta usina, houve mudanças na relação socioespacial, na paisagem, nas relações econômicas regionais e no recebimento de *royalties* pelos municípios lindeiros, o que representa uma fonte de investimento para ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2013).

## 2.2 Relação Rural e Urbano na Costa Oeste Paranaense

Para Alentejano (2015), o ponto de apoio para a definição do rural está relacionado às dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores com a terra, pois o rural possui forma específica de relação com a terra, oposta ao urbano. Na dinâmica urbana, há pouca dependência de relações com a terra, seja econômica, seja social ou espacial, mas, no espaço rural, a relação com a terra é maior, porém, estas relações se dão de formas diversas e complexas. Assim, para o entendimento da realidade rural ou urbana, é necessária a análise de suas particularidades e do que se tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa.

Casagrande e De Souza (2013) analisaram pequenos municípios na região da Costa Oeste do Paraná e identificaram que a relação campo-cidade é intrínseca, sendo que a interação no presente é bem mais expressiva que no passado. Os laços são estreitados pelas tecnologias de comunicação, restritas anteriormente às cidades. Manifestações e experiências consideradas rurais agora são partilhadas. A mobilidade existente entre a população relaciona-se com a produção, a venda de mercadorias e a utilização de serviços, ora disponíveis na cidade, ora disponíveis no campo, o que cria relações econômicas, sociais e culturais.

Os agricultores da região da Costa Oeste Paranaense apresentam fortes relações com o urbano, sob a perspectiva econômica, pois os ganhos oriundos do trabalho no campo são transferidos para a cidade, através de consumo e investimentos (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2013).

Cremonese e Schallenberger (2005) destacam o cooperativismo como instrumento da modernização agrícola e da dinamização da economia regional e apontam a agricultura familiar como campo de resistência à exclusão social do rural no Oeste do Paraná. A presença das cooperativas na região permite identificar as organizações sociais e produtivas em um território que expressa um conjunto de relações sociais materializadas nos resultados de cooperação. Criou-se um espaço definido por competências e estratégias para o seu desenvolvimento, materializadas por práticas culturais oriundas dos processos migratórios e recriadas pelos processos de modernização e pelas necessidades do mercado.

A região Costa Oeste do Paraná, segundo Casagrande e De Souza (2013), que analisaram a relação campo-cidade, ou seja, a influência que o campo exerce na cidade e a cidade no campo, identificaram a presença, no campo, de tecnologias de comunicação, antes restritas às cidades, mas que agora passam a integrar os dois polos. Na cidade, são encontradas manifestações e experiências consideradas rurais, tais como: tradições, festas religiosas, costume da população de produzir alimentos em hortas, venda de produtos do campo na cidade, principalmente por meio das feiras do produtor rural, quando ocorre a integração dos espaços pelas redes constituídas e se constata que o campo e a cidade estão intrinsecamente ligados na Costa Oeste do Paraná.

### 3 METODOLOGIA

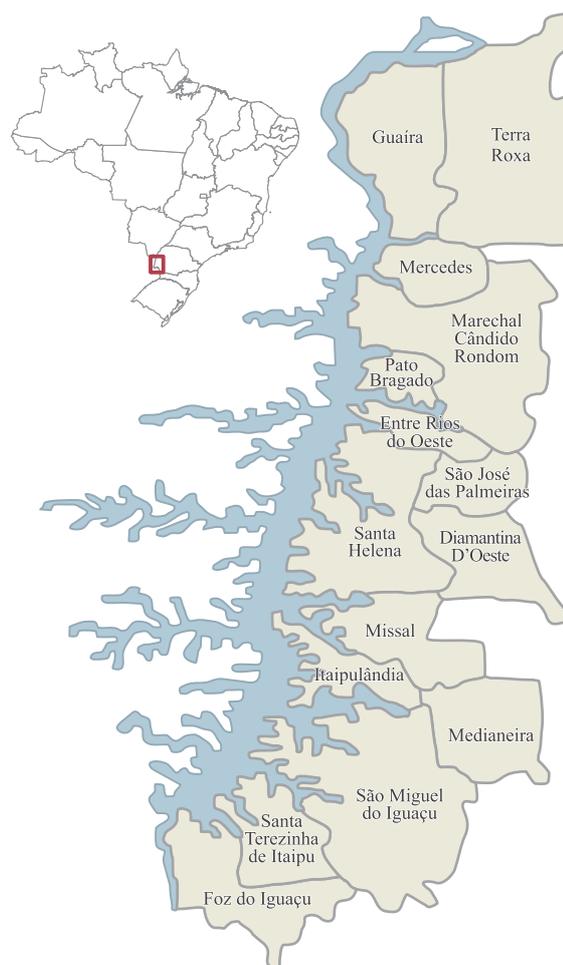
Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico, oriundo de fontes secundárias, extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná –, em conjunto com a Itaipu Binacional. A BP3 – Bacia do Paraná 3 –, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde foram atendidas 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, atendidas pela Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural –, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná. Esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014), não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório “Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia”, realizado em conjunto por: Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. Assim, optou-se por esta amostra aleatória.

A BP3 está localizada na Costa Oeste do Paraná, conforme Figura 1, região de destaque no plano de relações internacionais, devido a sua localização fronteiriça, bem como pela reconfiguração do território proporcio-

nada pela construção da Usina de Itaipu, tanto pela mudança de paisagem pelo seu reservatório, como economicamente pelo retorno dos *royalties* aos municípios lindeiros. A região tem uma economia dinâmica e diversificada nos mais diversos setores de atividades, com destaque ao cooperativismo e aos processos de industrialização nele presente.

**Figura 1** – Mapa da região da Costa Oeste Paranaense



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O índice de confiança foi de 95%, numa margem possível de erro de 5%, e decorre do emprego da Fórmula 1 como base para cálculo amostral, em que  $n$  é a amostra calculada,  $N$  é a população,  $Z$  a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança,  $p$  é a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot (N-1)} \quad (1)$$

Os dados foram analisados por estatística simples para a descrição das causas e das relações entre as variáveis, através do Microsoft Excel, procedendo-se assim as suas análises quantitativas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição das unidades familiares nos municípios na Costa Oeste do Paraná e dos membros residentes faz parte da Tabela 1. Consta, na referida tabela, que a maioria das unidades familiares é composta de dois a três membros residentes, ou seja, 39% são compostas por dois membros e 24,5% das unidades familiares estão constituídas por 3 membros. Isso cria uma reflexão sobre a perspectiva de sucessores.

Para Anjos et al. (2006), na década de 60, utilizavam-se procedimentos para que o número de herdeiros potenciais fosse reduzido. Por exemplo, estes eram enviados para as carreiras religiosa e/ou militar, por financiamento de estudos.

Diante dessa distinção temporal, a preocupação, na atualidade, é se essas unidades familiares têm expectativas de que seus filhos possam ou tenham intenção de assumir os estabelecimentos e continuar com as atividades agrícolas.

**Tabela 1** – Localização e quantidade de membros residentes das unidades familiares

Município			Tamanho da Família		
Município	Frequência	%	Membros residentes	Frequência	%
Medianeira	49	24,5	2 membros	78	39,0
Santa Helena	39	19,5	3 membros	49	24,5
Entre Rios do Oeste	26	13,0	4 membros	35	17,5
Diamante do Oeste	23	11,5	5 membros	22	11,0
Pato Bragado	18	9,0	1 membro	10	5,0
São José das Palmeiras	18	9,0	6 membros	6	3,0
Guaíra	15	7,5	Total	200	100,0
Terra Roxa	12	6,0	Média	3	Membros
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>	<b>Moda</b>	<b>2</b>	<b>Membros</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quando traçado o panorama das unidades familiares estudadas em relação à composição de suas áreas, verificou-se, de acordo com a Tabela 2, que são predominantes as pequenas áreas, com maior concentração até 10 ha. Na grande maioria são áreas próprias dos agricultores, apresentando poucos casos em que ainda não se possui o título definitivo, como por exemplo, à cedência de área por órgão fundiário.

**Tabela 2** – Identificação do domínio legal de área das unidades familiares

Tamanho	Unidades produtivas	%	Áreas por domínio legal / composições das unidades produtivas					Total	%
			Área própria	Área cedida por órgão fundiário sem título definitivo	Área arrendada de terceiros	Área ocupada pela qual o produtor nada paga	Área cedida para terceiros		
0 a 5 ha	76	38,0%	69	2	11	1	2	85	36,0%
6 a 10 ha	51	25,5%	41	3	8	3	4	59	25,0%
11 a 15 ha	35	17,5%	27	3	10	0	3	43	18,2%
16 a 20 ha	14	7,0%	13	0	2	0	2	17	7,2%
21 a 25 ha	13	6,5%	12	0	4	0	2	18	7,6%
26 a 30 ha	5	2,5%	5	0	0	0	0	5	2,1%
31 a 35 ha	4	2,0%	3	0	3	0	0	6	2,5%
51 a 55 ha	2	1,0%	2	0	1	0	0	3	1,3%
Total	200	100%	172	8	39	4	13	236	100%
%			72,9%	3,4%	16,5%	1,7%	5,5%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação à renda dessas unidades, tem-se como principal fonte, de acordo com a Tabela 3, a renda agrícola gerada na própria unidade familiar, representando 79,8% do total da renda. Foram também levantadas outras fontes de renda, a proveniente de aposentadorias e outras rendas não relacionadas com as atividades agrícolas.

**Tabela 3** – Composição da renda total anual das unidades familiares

Tipos de renda	R\$	%
Renda agrícola anual	11.011.707,00	79,8%
Renda de aposentadoria anual	1.437.744,00	10,4%
Renda extra agrícola anual	1.349.945,00	9,8%
<b>Total</b>	<b>13.799.396,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 4 evidencia a análise dos vínculos familiares diante da concentração das pessoas residentes nas unidades familiares, representadas pelo casal, seguido dos filhos, com pouca representação de gerações mais antigas; no caso, avós e gerações novas, que são representadas pelos netos.

Para Anjos et al. (2006), a sucessão hereditária não está ligada somente à questão de renda ou às perspectivas da agricultura, mas também à intensidade do processo de destruição do emprego agrícola e ao aumento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, movidas pela necessidade de fonte econômica para a manutenção familiar, sendo esta iniciativa favorecida em regiões com economia diversi-

ficada e que podem utilizar mão de obra tanto do campo quanto da cidade.

**Tabela 4** – Vínculo familiar dos membros residentes das unidades familiares

Vínculo familiar	Frequência	%
Casal	366	61,1
Filhos	201	33,6
Proprietário	9	1,5
Avós	10	1,7
Pai e Mãe	8	1,3
Nora	1	0,2
Enteados	2	0,3
Netos	2	0,3
<b>Total</b>	<b>599</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A região da Costa Oeste do Paraná possui uma economia dinâmica e diversificada nos mais diversos setores de atividades; entretanto, cabe destaque ao cooperativismo e aos processos de industrialização nela presentes, proporcionando oportunidades econômicas e socioculturais fora do campo.

A Tabela 5 ilustra, a partir da percepção dos pais, a pretensão futura dos filhos em relação à propriedade. Uma parte modesta de 23% confirmou que os filhos pretendem continuar nas propriedades com os empreendimentos agropecuários. Uma parcela mais robusta de 31,5% dos proprietários afirmou que os filhos já se desligaram e não fazem mais parte dessas unidades familiares no meio rural. Um percentual de 11% respondeu que os filhos são muito jovens para essa decisão, enquanto 10,0% afirmaram que os filhos pretendem continuar morando na propriedade, mas trabalhando em outra atividade que não seja agrícola. Estes se juntam a outros 9% que responderam que os filhos pretendem deixar a propriedade rural e ir para a cidade.

O espelho da Tabela 5 traz um cenário preocupante para a continuidade das atividades da agricultura familiar, diante das pretensões dos membros das famílias que permanecerão no campo, sendo que existe quantidade significativa de jovens com intenção de morar na propriedade e exercer atividades não agrícolas ou mesmo deixar a propriedade e ir para a cidade. Pode-se destacar a pouca intenção de retorno à propriedade levantada nas caracterizações.

Considerando que existe parte considerável que pretende continuar trabalhando na propriedade e outros ainda muito jovens ou indecisos, torna-se necessária a implantação de políticas públicas que tenham como foco a permanência da juventude no campo.

A saída desses jovens do campo relaciona-se com a reprodução da agricultura familiar, como relata Spanevello, Matte, Andreatta e Lago (2017, p.368):

A saída de jovens e não reprodução social das famílias representam mudanças para as dinâmicas produtivas do local, além de implicações para o meio urbano, principal responsável pelo papel de absorção da mão de obra saída do campo. Assim, as implicações dessas mudanças atingem distintas instâncias sociais, econômicas e políticas e carecem, de forma premente, maior atenção das instituições e organizações locais e regionais envolvidas com a categoria social dos agricultores familiares.

**Tabela 5** – Perspectivas de sucessão a partir das percepção dos pais sobre a pretensão dos filhos em permanecerem nas propriedades das unidades familiares

Pretensão dos filhos em relação à propriedade	Frequência	%	% Casos
Filhos já estão desligados das atividades da propriedade.	63	30,9%	31,5%
Continuar trabalhando na propriedade em atividades agrícolas	46	22,5%	23,0%
Os filhos são muito jovens para decidir	22	10,8%	11,0%
Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividades não agrícolas.	21	10,3%	10,5%
Deixar a propriedade e ir para a cidade.	18	8,8%	9,0%
Não tem filhos	15	7,4%	7,5%
Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividades agrícolas.	8	3,9%	4,0%
Trabalha em outras atividades e pretende retornar a propriedade.	4	2,0%	2,0%
Os filhos ainda não decidiram	4	2,0%	2,0%
Não sabem o que querem para o futuro	2	1,0%	1,0%
Deixar a propriedade e continuar no campo	1	0,5%	0,5%
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100,0%</b>	<b>102,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação à mão de obra, pode-se verificar, na Tabela 6, que as unidades estudadas retratam características da agricultura familiar, pois a grande maioria (85,5%) não contrata mão de obra externa, ficando a carga da família todas atividades a serem executadas no estabelecimento ou no empreendimento. A quantidade de mão de obra contratada externa faz parte, mas não chega a ser

representativa, e, quando se faz necessária a contratação, a maior quantidade corresponde a menos de trinta dias ao ano.

**Tabela 6** – Quantidade de mão de obra contratada em dias/ano nas unidades familiares

Dias contratados	Frequência	%
Até 10 dias por ano	7	3,5
De 11 a 20 dias por ano	5	2,5
De 21 a 30 dias por ano	4	2
De 41 a 60 dias por ano	3	1,5
De 61 a 90 dias por ano	1	0,5
De 91 a 120 dias por ano	1	0,5
De 121 a 180 dias por ano	4	2
De 181 a 240 dias por ano	1	0,5
De 241 a 300 dias por ano	3	1,5
Total	29	14,5
Sem contratação de mão de obra	171	85,5
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

fato de haver tempo disponível, além, das atribuições corriqueiras, ou pela falta de iniciativa em criar alternativas de novas rendas na própria propriedade, eles buscam outras atividades fora da propriedade.

A definição do espaço rural não mais está relacionada somente com a atividade agrícola, segundo Schneider (1994), devido à redução significativa de pessoas ocupadas na agricultura e aos avanços técnicos atribuídos ao campo, o que contribui para que as pessoas que residem no campo tenham ocupação em atividades não agrícolas ou combinem atividade agrícola com outras fontes de renda.

Por exemplo, uma região com acesso precário a mercados, a garantia da reprodução familiar estaria relacionada a uma atividade agrícola para subsistência e uma formação de renda extra agrícola não relacionada a propriedade, assim, o contexto territorial e as circunstâncias econômicas têm alto grau de influência na pluriatividade.

A organização e interação social em que as unidades familiares estão inseridas podem promover arranjos importantes na região em que se encontram. Na Tabela 8, identificou-se três agentes potenciais de desenvolvimento, primeiramente a igreja, seguida pelas cooperativas e pelas associações de produtores, sendo necessária a identificação de quais são as ações desenvolvidas na região em estudo.

Uma pesquisa feita por Rabaioli e Vilpoux (2018), sobre o tema no Oeste de Santa Catarina, identificou que instituições religiosas fortalecem as relações interpessoais, a confiança e a reciprocidade dos agricultores da região, contribuindo para a existência de capital social pela construção de práticas sociais e normas comuns, fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal e incentivo na criação e participação em redes sociais.

A composição da renda nas propriedades, ilustrada na Tabela 7, demonstra os tipos de renda das unidades familiares estudadas. A grande parte destas unidades, chegando à casa dos 60%, possui renda extra agrícola. Contempla-se também a renda de aposentadoria em 38% das unidades familiares, o que diretamente representa um envelhecimento dos participantes das unidades familiares e uma forte fonte de renda às propriedades.

Há indícios de que a busca de outras fontes de renda pode ter como fator a queda da renda agrícola, devido à necessidade de ingresso econômico para a manutenção das necessidades familiares, à prática favorecida em regiões e localidades economicamente mais diversificadas ou com mercado de trabalho que não distingue mão de obra residente no campo de mão de obra residente na cidade (ANJOS, 2006).

As unidades familiares apresentam características pluriativas, diante do expressivo trabalho assalariado realizado fora da exploração da propriedade, representado por inúmeras profissões, motivado pela geração de renda insuficiente na propriedade ou pela dedicação de tempo parcial na agricultura. Pelo

**Tabela 7** – Descrição da composição e dos tipos de renda das unidades familiares

Renda extra agrícola	Frequência	%	
Possui renda extra agrícola	132	66,0%	
Não possui renda extra agrícola	68	34,0%	
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100%</b>	

Tipo de renda	Frequência	%	% n° Casos
Aposentadoria	76	51,7%	38,0%
Assalariado (não informou a profissão)	24	16,3%	12,0%
Serviços gerais (diárias)	14	9,5%	7,0%
Pedreiro	5	3,4%	2,5%
Funcionário público	5	3,4%	2,5%
Professor	5	3,4%	2,5%
Vigia	3	2,0%	1,5%
Doméstica	2	1,4%	1,0%
Feirante	2	1,4%	1,0%
Costureira	2	1,4%	1,0%
Mecânico	1	0,7%	0,5%
Técnico agrícola	1	0,7%	0,5%
Cabelereira	1	0,7%	0,5%
Cozinheira	1	0,7%	0,5%
Pensão	1	0,7%	0,5%
Benefício INSS “Acidente ou doença”	1	0,7%	0,5%
Frete de animais	1	0,7%	0,5%
Advogado	1	0,7%	0,5%
Pintor	1	0,7%	0,5%
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A presença de cooperativas permite identificar a existência de uma organização sócio produtiva no território, manifestando-se através de um aglomerado de relações sociais materializadas nos resultados da cooperação, criando-se um espaço definido de competências e estratégias para desenvolvimento. O espaço agrícola do oeste do Paraná é composto por ações e práticas culturais originadas pelos migrantes e redimensionadas pelo processo de modernização tecnológica da agricultura e o apelo do mercado (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

Esta percepção e apresentação da realidade dos municípios lindeiros do Oeste do Paraná pode ser identificada na Tabela 8, onde encontram-se os dados por grau de importância e de forma decrescente em relação as entidades e organizações responsáveis pela organização e integração social das unidades familiares.

**Tabela 8** – Participação das Unidades Familiares em organização e integração social

Entidades	Frequência	%	% Casos
Igrejas	158	27,1%	79,0%
Cooperativas	141	24,1%	70,5%
Associação dos produtores	138	23,6%	69,0%
Sindicatos	73	12,5%	36,5%
Associações comunitárias	57	9,8%	28,5%
Conselhos municipais	9	1,5%	4,5%
Sem participação em entidades.	8	1,4%	4,0%
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>100,0%</b>	<b>292,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 9 apresenta de maneira analítica quais os agentes relacionados com a organização e integração social destas unidades, sendo que os membros se relacionam com vários agentes dentro de seu território. Pelas informações coletadas, identifica-se a grande importância dos agentes religiosos, sendo o maior representante a Igreja Católica, seguido pela Igreja Evangélica e Luterana. Poucos são os agricultores que não participam de uma organização social dentre as unidades estudadas.

**Tabela 9** – Participação dos agricultores em agências organizadas e/ou integração social

Entidades	Frequência	%	% Casos
Igreja Católica	135	27,3%	67,5%
Sindicato Rural	44	8,9%	22,0%
Aafemed – Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira	38	7,7%	19,0%
Coafaso – Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná	37	7,5%	18,5%
Coopagrill – Cooperativa Agroindustrial	35	7,1%	17,5%
Cooperativa Lar – Cooperativa Agroindustrial	34	6,9%	17,0%
Apoer – Associação de produtores orgânicos de Entre Rios do Oeste	23	4,7%	11,5%
Cresol – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	22	4,5%	11,0%
Sicred – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	16	3,2%	8,0%
Apop – Associação de Produtores Orgânicos de Palotina	16	3,2%	8,0%
Cooperfam – Cooperativa de Agronegócios e Agricultura Familiar	14	2,8%	7,0%
Aafo – Associação das Agroindústrias Familiares	11	2,2%	5,5%
Igreja Evangélica	10	2,0%	5,0%
Apong – Associação de produtores de orgânicos e naturais de Guaíra	10	2,0%	5,0%
Coofamel – Cooperativa Agro familiar Solidária	9	1,8%	4,5%
Não participa	8	1,6%	4,0%
Igreja Luterana	7	1,4%	3,5%
Ampas – Associação dos Pequenos Produtores de Santa Helena	7	1,4%	3,5%
Não informou	4	0,8%	2,0%
Coopercam – Cooperativa de Comercialização e Industrialização Camponesa	3	0,6%	1,5%
Cooplaf – Cooperativa Mista de Pecuária de Corte, Leiteira e da Agricultura Familiar	2	0,4%	1,0%
Apalan – Associação dos Pequenos Agricultores de Linha Alegria	2	0,4%	1,0%
Aproceu – Associação dos Produtores de Céu Azul	2	0,4%	1,0%
Cvale – Cooperativa Agroindustrial	2	0,4%	1,0%
Sicoob – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	1	0,2%	0,5%
Coopavel – Cooperativa Agroindustrial	1	0,2%	0,5%
Cooprafa – Cooperativa de Agricultores da Agricultura Familiar	1	0,2%	0,5%
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>100,0%</b>	<b>247,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segundo Ribeiro et al. (2012), em relação à agricultura familiar, uma ferramenta de organização política, econômica e social é a criação de associações e cooperativas. A cooperação e a associação são uma alternativa para os agricultores familiares se organizarem, agregarem de valor, comercializarem, e contribuir para a inserção de sua produção em mercados locais, regionais e globais; também representam um instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial. Cooperativas e associações se fazem muito presentes na região estudada, proporcionando várias alternativas para os empreendimentos agropecuários desenvolverem suas atividades de forma participativa.

Quanto a cooperativas e associações, conforme a Tabela 9, evidencia-se a quantidade de organizações presentes no território se relacionando com esses agricultores, tanto as cooperativas de grande porte como as agroindustriais e as cooperativas de crédito ou as cooperativas e as associações locais. Um indicador que demonstra a potencialidade da agropecuária na região pode ser lido pela quantidade de cooperativas e associações relacionadas à agricultura familiar e suas atividades, que buscam atender os interesses e necessidades dos cooperados e associados organizados.

A ação coletiva dos agricultores apontada na Tabela 10 indica que estão organizados ou integrados socialmente, e a grande maioria ocupa os espaços disponibilizados por estes agentes sociais na região, não exercendo nenhuma função específica. Entre as funções relatadas, o maior número está relacionado a entidades religiosas, associações e cooperativas.

**Tabela 10** – Participação em funções dos agentes de organização e integração social pelos agricultores familiares

Função	Frequência	%	% Casos
Não exerce função, somente participa	125	55,8%	62,5%
Coordenação de Igreja	21	9,4%	10,5%
Conselho de associação de produtores	16	7,1%	8,0%
Presidência de Associação	15	6,7%	7,5%
Tesouraria de entidade	14	6,3%	7,0%
Diretoria de associação	8	3,6%	4,0%
Conselhos de cooperativa	6	2,7%	3,0%
Secretarias de associação	6	2,7%	3,0%
Ministro da Eucaristia	5	2,2%	2,5%
Catequista	3	1,3%	1,5%
Conselho municipal	2	0,9%	1,0%
Representante – CMDR	1	0,4%	0,5%
Conselho Administrativo	1	0,4%	0,5%
Conselho de ética	1	0,4%	0,5%
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>100,0%</b>	<b>112,0%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A baixa representação em conselhos municipais, exposto na Tabela 10, demonstra uma deficiência, pois a representatividade de agricultores familiares seria de grande importância, propondo ações através de formulação de políticas públicas para meio rural.

A dinâmica da agricultura familiar apresentada traz vários aspectos-chave, como a realidade dos membros familiares residentes nas propriedades, ilustrando um quantitativo numérico pouco expressivo para potencializar os empreendimentos agropecuários em diversificação e obtenção de renda com estabilidade. O que torna possível deduzir que o tamanho das famílias nas propriedades que foram suporte a este trabalho, tem limitação a criação e novas alternativas, como podem ser observadas pelos outros

indicadores tratados na sequência, como exemplo, a própria faixa etária e fonte de renda, provindo da aposentadoria dos residentes.

A demonstração do vínculo familiar dos membros residentes retrata com preocupação a realidade em curso nestes municípios, com relação a estas unidades familiares e seus empreendimentos agropecuários, pois a grande maioria está composta apenas pelo casal, com poucos filhos e sem outros membros familiares que possam desempenhar as atividades inerentes nas propriedades. Este indicador constitui um fator limitador, tanto na sequência dos próprios empreendimentos agropecuários quanto na possível expansão de outras atividades para aumentar e/ou diversificar as fontes de renda e permitir estabilidade e prosperidade às unidades familiares.

A continuidade das atividades nestes estabelecimentos agropecuários fica mais limitada ou preocupante, quando se analisa a pretensão dos descendentes ou possíveis futuros condutores dos empreendimentos, dado que já não fazem parte das atividades na propriedade e que não pretendem continuar as atividades ali. Isto mostra que a nova paisagem pode ser formada, caso as ações para estabilizar ou redimir essa intenção ou pretensão não se altere.

Ao considerar a baixa contratação e mão de obra externa para auxílio eventual nas atividades das propriedades, identifica-se a limitação de potencializar tais empreendimentos agropecuários, diante da baixa disponibilidade do principal recurso, o humano, para desempenhar as atividades nas unidades familiares.

A maioria das unidades familiares apresenta uma pluriatividade e, conseqüentemente, demonstra que o trabalho e a renda estão relacionados a atividades na propriedade e a outras oportunidades geradas no território, sendo a aposentadoria uma expressiva fonte de renda para os membros dessas unidades.

O convívio, a presença em organizações e a interação social se apresentam, contudo, predomina a participação em entidades religiosas, cooperativas e associações. Isto identifica a relação com esses agentes, como meio de fortalecer as relações interpessoais, criando estratégias de desenvolvimento no território estudado. Todavia, a participação, por si só, não produz os resultados desejados, pois os espaços de representação, principalmente na esfera política, não são ocupados, o que demonstra que os agricultores não ocupam com representatividade esses postos, para seus próprios interesses.

A apresentação de tais indicadores e realidades pode ser complementada com estudos relacionados à identificação de desafios e dificuldades dos territórios rurais, como a transformação agrícola em relação às dinâmicas geográfica, política e econômica, e as oportunidades relacionadas ao rural e ao urbano de geração de renda. Buscar apresentar aos membros destas UF ações potenciais e ao governo sugestões no processo de implementação de políticas públicas, voltadas à assistência técnica, ao estímulo à produção, ao apoio ao desenvolvimento de novos negócios (agrícolas e não agrícolas), à sucessão familiar, dentre outros, que possam proporcionar reais condições de sustentabilidade aos empreendimentos agropecuários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cumprir o objetivo do estudo, constatou-se a necessidade de reflexão sobre perspectivas de sucessores, pois os membros residentes nas unidades familiares são, na maioria, representados pelo casal, indicando um comprometimento em relação a continuidade das atividades agrícolas destas unidades. A maioria dos filhos já se desligou da propriedade ou tem essa intenção, pela dinâmica econômica do território com oportunidades de geração de emprego e renda não agrícolas.

Foi constatada a pluriatividade nas unidades: trabalho e renda não estão somente relacionadas às atividades agrícolas. Outros aspectos são o convívio e a participação desses agricultores em organizações sociais: apresentam-se fortes ligações com as entidades religiosas, cooperativas e associações, reflexos estes do território onde se encontram esses agricultores.

Os outros estudos corroboram que transformações, mudanças e adequações do espaço e das formas de conviver neste espaço foram identificadas na análise da abordagem da família com o

território. As alterações das configurações, na composição familiar e desta com o contexto social organizado, consistem numa dinâmica em mutação e adaptação, conforme a realidade das unidades familiares e as suas conveniências.

Para novos estudos, indica-se uma análise destes agricultores, principalmente de suas características sociais e de sua relação com os conceitos atribuídos à nova ruralidade brasileira, investigando possíveis efeitos e resultados influenciados pela dinâmica territorial na realidade local de seus vários atores.

## REFERÊNCIAS

- ÁGUAS Paraná – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**, 2014. Disponível em: <[http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana\\_3/plano\\_de\\_bacia/Produto\\_01\\_Caracteristicas\\_Gerais\\_da\\_Bacia\\_BP3\\_2014\\_v07\\_Final.pdf](http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- ALENTEJANO, P. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, p. 303-325, 2015.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ANJOS, F. S. D.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza, 2006.
- BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.
- BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Congresso Nacional, 2006.
- CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. **Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa**. Ciência Rural, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.
- CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado**. In :ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em: 15 dez 2019.
- CASAGRANDE, A. E.; DE SOUZA, E. B. C. **Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região costa oeste do Paraná**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, 2013, 28: 67-85.
- CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. **Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná**. Tempo da Ciência, v. 12, n. 23, p. 49-63, 2005.
- DEMATTEIS, G. **Sistema Local Territorial (SLot): um instrumento para representar, ler e transformar o território**. Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.
- GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** / Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. UFRGS. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 15 dez 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos / IBGE 2017**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 15 dez 2019.
- LIMA, I.T.C. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006.
- MAZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo: Loyola, 2003.
- PERIS, A. F. (Org), et al. **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. p. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.
- RABAIOLI, V.; VILPOUX, O.F. **Papel da igreja na construção de capital social: caso da região oeste de Santa Catarina**. Multitemas, v. 23, n. 53, p. 25-48, 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F.B. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE**. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, v. 2, 2012.
- SCHNEIDER, S. **O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade**. Revista Ensaios e Debates, p. 106-131, 1994.
- SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.
- SPANVELLO, R.M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. **A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO Editora Unijuí - ano 15. n. 40, jul./set. 2017
- STERCHILE, S.P.W.; SOUZA, E.B.C. **Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 2, p. 3-22, maio/agosto 2008.